

O GOVERNO, O CAPITAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NA COLÔMBIA¹

Aura González Serna²

RESUMO - No presente artigo tentaremos colocar o debate sobre as tensões que se geram entre os interesses do governo, o capital e os movimentos sociais na definição e implementação da política ambiental, na Colômbia, sendo o público e o privado o que está em questão.

Faremos, na introdução, uma síntese do trabalho da dissertação e no ponto 1., um breve percurso do contexto histórico da Colômbia. No ponto 2., daremos entrada no debate em si.

INTRODUÇÃO

A tese indaga sobre as contradições nos “novos discursos ambientais”, identificando *velhas práticas* na construção da hegemonia burguesa e colocando como eixo, a luta do movimento social comunitário. O trabalho constitui um estudo de caso de abordagem qualitativa, para o qual se fez um *recorte espacial* na área onde se desenvolveu a construção de um Projeto de infra-estrutura petrolífera, na Colômbia.

Frente à questão do Estado e do Meio Ambiente, na conjuntura de *coerção/consenso* muito determinante das relações Governo – Sociedade Civil no sistema capitalista contemporâneo, esta dissertação caracteriza a Constituição de 1991 na Colômbia como rica em garantias e direitos para todas as classes, aliás evidenciando uma crença histórica na eficácia simbólica do direito. A sociedade colombiana tem sido profundamente autoritária; a luta apreendida da prática do Governo tem sido forte no campo da coerção. Estabelece-se historicamente uma crise de hegemonia: da direção intelectual e moral, da construção de consensos. a luta dos movimentos sociais na construção de espaços públicos, no processo de luta frente ao *Poliduto do Pacífico*, tem se limitado a reivindicações imediatas e pontuais. Isso abre espaço para a ampliação do poder de interesses privatistas e clientelistas. Ali, onde o espaço passa a ser nomeado pela racionalidade do tempo, o saber regional e popular que tenta construir o coletivo, não conseguiu acompanhar o ritmo e acoplar-se ao *novo*. O tempo foi uma ferramenta de poder e de controle que levou os camponeses a sentirem-se como alheios e moradores de um lugar *não próprio*. Porém, para os representantes de interesses individuais, ali onde surgem mil reivindicações, ali nesse território onde não falta sujeito social para expressar-se com táticas e mecanismos diversos, gera-se uma conjuntura de fragilidade frente ao poder que se pretende impor no local: não é à toa que a empresa estatal responsável do projeto, decide mecanismos coercitivos e de legitimidade para conseguir desenvolver seu projeto nesse *espaço-tempo* determinado pelas diversas forças que disputam o poder no local.

Com esse pano de fundo, da análise obtido no trabalho de pesquisa, decidimos partilhar neste 8º. *Encuentro de Geógrafos de América Latina* nossas reflexões na perspectiva dos embates e interesses que se colocam em cena, a partir da participação do governo, o capital e os movimentos sociais na definição e implementação da política ambiental na Colômbia. Convém assinalar que nossa procura tem sido a tentativa de entender melhor a problematização da relação entre sociedade e natureza, visto que aparecem no discurso *novas estratégias de planejamento conservacionista no aproveitamento da natureza*. Sendo a *parceria* (governo - sociedade civil) divulgada como uma promissora proposta de participação. Isto, a nosso ver, cria novos espaços públicos não – estatais, parece transformar antagonismos de classe, mas também poderia, na realidade, expressar a luta na construção da *hegemonia burguesa*.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA COLÔMBIA

A Colômbia está situada a noroeste da América do Sul. É cortada pela Cordilheira dos Andes e caracterizada pela predominância de vastas áreas de florestas tropicais³, com dois litorais Atlântico e Pacífico, sendo 2.952 quilômetros de costa. A República da Colômbia tem como capital a cidade de Santa-fé de Bogotá. Sua divisão administrativa compõe-se de 32 estados e do Distrito da Capital. A área total do país é de 1.141.748 km², segundo dados do “Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC – “ e sua população é de 41,6 milhões de habitantes (1999), sendo afrodescendentes 25%; mestiços 73% e

¹ O texto que ora se publica faz parte das fundamentações teóricas da Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco/UFPE para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. GONZÁLEZ SERNA Aura. *Velhas Práticas*. Roupagem nova no discurso ambiental: um estudo de caso sobre a implementação de um projeto de infra-estrutura petrolífera no Município Dagua, na Colômbia (1993-1999). Recife 2000.

² Assistente social de nacionalidade colombiana

³ Dois Terços do território estão cobertos por florestas tropicais. Fonte: ALMANAQUE ABRIL 2000 (170-2)

ameríndios 2%⁴. O país tem a segunda maior população da América do Sul – sendo superado apenas pelo Brasil -. A densidade demográfica é de 36,44 habitantes/km². Por outro lado, o crescimento demográfico é de 1,9 ao ano (1995-2000). A concentração urbana é um fenômeno notório: na capital - Santa Fé de Bogotá – vivem 17% dos colombianos, enquanto que cerca da metade dos mesmos vive nas 32 capitais dos Departamentos (que são as divisões político – administrativas do País). A Constituição vigente foi promulgada em 1991, sendo a anterior Constituição vigente desde 1886 até a mudança de 1991. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵ corresponde a 0,768 (1997); a expectativa média de vida masculina é de 67 anos e a feminina é de 74 anos. A mortalidade infantil é de 30 por mil nascidos vivos (1998). Por outro lado, o índice de analfabetismo é de 9%. A força de trabalho está constituída por 17 milhões de pessoas (1997), sendo que a feminina alcança 37% da força de trabalho. A renda per capita é de US\$ 2.180 (1997)⁶.

A conquista espanhola teve início em 1492, num processo marcado pela violência, pela luta contra a população indígena. A intervenção dos espanhóis modificou a relação comunitária primitiva que, com a imposição do modelo de colônia de exploração, culminou com o extermínio da maior parte da população dos índios, resultado da brutal exploração da mão-de-obra e das epidemias trazidas, estabelecendo os índios uma luta que permitiu a resistência de alguns, graças a sua dispersão por territórios de difícil acesso na geografia nacional⁷, processo que demandou a expansão do tráfico negreiro. Uma vez que a escravidão negra se constituía em fonte de riqueza para as companhias metropolitanas especializadas em compra e venda de força de trabalho escravo, esta foi amplamente utilizada. Sendo assim, a continuação da extração do ouro, da exploração do cultivo da cana e do comércio de escravos, constituíam-se em princípio na base material de acumulação para a economia mercantilista espanhola da época. Na América a guerra entre conquistadores e nativos não era comparável talvez com nenhuma das guerras antigas: foi o choque entre uma cultura da língua oral e uma cultura da língua escrita, entre a memória e o livro. Gabriel García Márquez, diz que houve um momento na história desse encontro em que *muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las tinham que mostrá-las com o dedo*.

Nessa condição de exploração da força de trabalho dos escravos, da luta dos nativos que conseguiram resistir à relação escravista, foi configurando-se a base material da produção da riqueza, o saque das riquezas do país, a supremacia do capital mercantil, em estreita ligação à exploração da natureza, a orientação econômica, a decisão política e o tecido de interesses entre dominadores e subalternos. Instauravam-se as bases para o nascimento da propriedade privada.

Em 1700, aconteceu a “Revolução dos Comuneros”⁸, primeira revolução importante que mobilizou a população basicamente mestiça contra as medidas econômicas impostas pelo regime colonial através de figuras como “*a mita, a encomienda e os resguardos*”, na exploração do trabalho humano e das riquezas do território.

⁴ Os dados estatísticos apresentados foram fornecidos pelo “Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE – ” no ano de 1997.

⁵ Mede o bem-estar da população em três aspectos: vida longa e saudável, conhecimento e padrão de vida decente. O IDH é uma média simples dos três indicadores que representam essas condições: expectativa de vida, grau de escolaridade e renda per capita dos habitantes. Sua escala varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida.

⁶ ALMANAQUE ABRIL 2000

⁷ Isto tem a ver, historicamente, com a possibilidade de presença indígena hoje na Colômbia: 2% da população nacional, morando no 25% do território nacional, sendo lugares de difícil acesso, ecossistemas frágeis que não suportam o tipo de povoamento andino, nem os usos econômicos intensivos, sendo territórios de uma grande importância geopolítica, natural: pela sua biodiversidade da água, minerais, animais, regiões cheias de sentido cultural, embora também territórios interessantes para o uso potencial na exploração da mineração, da agroindústria, da infra-estrutura viária, de portos, de fronteiras, de construção de hidroelétricas, de exploração de hidrocarburetos, etc.

⁸ A citada Revolução ocorreu em Zipaquirá e foi liderada por José Antonio Galán, um mestiço que lutou contra a exploração colonial.

Em 1810 foi conquistada a independência em relação às colônias espanholas. Simón Bolívar – o “Libertador da América” – vitorioso na guerra de Independência foi, a partir de 1821 o presidente da Grã – Colômbia, que era constituída pela unificação da Colômbia, Panamá, Venezuela e Equador. Essa unificação é desfeita progressivamente, tendo ocorrido em 1830, a separação da Venezuela e Equador e em 1903, a separação de Panamá, consolidado este processo pela formação de Estados Independentes.

Desde a Conquista a ocupação espanhola quis a implantação de uma cultura pela via da imposição. Desse modo, o país continuou utilizando recorrentemente a ação armada, a violência para enfrentar os conflitos de partidos, de idéias: entre o uso da coerção e do consenso, quer dizer, entre as vias de fato e as de direito, as forças hegemônicas dominantes pretenderam vencer seus adversários. Desde o século XIX, esse foi o mecanismo de dominação que prevaleceu.

Mais recentemente, nos anos trinta, as lutas reivindicatórias dos camponeses, em zonas como o *Sumapaz*, contaram com a organização de núcleos armados, para fazer frente à violência dos latifundiários, que pretendiam expulsar os camponeses que trabalhavam a terra em condição de arrendatários. Os camponeses, amparados pela legislação agrária impulsionada pelo presidente de turno Alfonso Lopez Pumarejo (1934-1938), haviam iniciado gestões para ficar com a terra na qualidade de proprietários, alegando sua posse e cultivo durante mais de vinte anos, mecanismo este reconhecido como prescrição. Sob o escudo desse movimento, germinaram prestigiosos líderes agrários como Juan de la Cruz Varela, Erasmo Valencia, Facundo Diaz e Teodomiro Muñoz.

Depois de um período de repressão dirigido contra às organizações obreiras e sindicais, a violência política na Colômbia, alcançou níveis insuspeitos, no final de 1949 e começo de 1950. A mobilização que gerou o assassinato do líder popular Jorge Eliécer Gaitán, em 9 de abril de 1948, serviu de pretexto ao governo conservador de Ospina Pérez (1946-1948) para acrescentar, através de seus aparatos repressivos, o terrorismo oficial, que se generalizou até as zonas rurais do país, donde tinham significativa presença liberais e comunistas.

Como resposta a essa violência, emergiu um amplo movimento guerrilheiro nos *Llanos Orientales*, *Huila*, *Santander*, *Cauca*, *El Valle*, *sur e oriente del Tolima*, que encarnou a resistência popular ao terrorismo oficial. Com a conjuntura gerada pelo golpe militar do general Rojas Pinilla (1953), se abriu uma etapa de negociações com os movimentos em luta, que culminou com a entrega das organizações armadas orientadas pelo partido liberal e uma cautelosa desmobilização, sem entrega de armas, dos núcleos influenciados pelo partido comunista.

Com o pacto da *Frente Nacional* (1958-1974), celebrado entre as facções hegemônicas dos partido liberal e conservador para governar durante esse período de 16 anos, se consagrou constitucionalmente o bipartidarismo, impedindo a participação de outras forças políticas de oposição ao regime. Esse manejo excludente do poder se amparou no recorte das liberdades democráticas, através da aplicação permanente do “Estado de sítio”, e da militarização crescente da sociedade, com o fim de exercer um estrito controle sobre as organizações de oposição e os movimentos populares⁹.

No marco desse modelo de dominação e cercamento dos espaços de participação legal, surgem novas organizações político – militares, que foram: “las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)”, 1964; “el Ejercito de Liberación Nacional (ELN)”, 1965; e “el Ejercito Popular de Liberación (EPL)”, 1966. Na década seguinte emergiu, “el Movimiento 19 de abril (M-19)”; “El Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT)”; o movimento indigenista “Quintín Lame” e “la Autodefensa Obrera (ADO)”.

Na década do setenta, com o crescimento dos movimentos de protesto social, e com o fortalecimento das frentes guerrilheiras no campo, generalizou-se a luta “antissubversiva”, através da aplicação dos esquemas da “segurança nacional” e dos modelos inspirados nas ditaduras do Cone Sul. Assim, operações militares em zonas agrárias, assassinatos massivos de camponeses considerados colaboradores da guerrilha, serão constantes feitos de reconhecido impacto nacional e internacional. Acrescentam-se as mobilizações populares: reivindicando a liberdade dos presos políticos, a desmilitarização de regiões camponesas, a condenação aos conselhos verbais de guerra e a tortura e o rechaço ao “fuero militar”, isto caracteriza esses anos na participação dos movimentos sociais.

⁹ No governo de Julio César Turbay Ayala (1978 – 1982), por exemplo, instaurou-se a estratégia denominada “Estatuto de Seguridade”, a política paramilitar se oficializa como política oficial do Estado colombiano, que no contexto internacional do auge do comunismo e os planos estratégicos dos EEUU para a América Latina, reordenam o rol das forças militares – não sendo mais sua função principal à defesa das fronteiras -. Sob essa nova orientação, conhecida como “Doutrina da Segurança Nacional”, as forças militares assumem, paulatinamente, uma maior participação nos conflitos sociais, desenvolvendo ações punitivas contra as zonas de autodefesa campesina e as manifestações reivindicatórias de operários e estudantes.

Na década dos oitenta, a luta é cada vez maior: O assassinato político será sistemático, assim como o “desaparecimento forçado”, os massacres. E embora emergindo como alternativa política um movimento de esquerda, “La Unión Patriótica”, - surgido dos acordos de “cessar fogo, trégua e paz” assinados entre o governo e organizações guerrilheiras em 1984 -, os dirigentes, simpatizantes e representantes desse partido político seriam, sistematicamente, assassinados – incluindo prefeitos eleitos popularmente e candidatos presidenciais - entre os governos de Virgílio Barco (1986 – 1990) e de César Gaviria Trujillo (1990 – 1994), terminando assim com o novo partido pela via do extermínio¹⁰. Além do impacto que teve no país, na década de 90, a intervenção dos Estados Unidos na luta contra o narcotráfico, conseguindo a participação do governo e das forças armadas da Colômbia na detenção e extradição de “chefes de cartéis”, cidadãos colombianos, para os Estados Unidos.

Na atualidade, no governo do período de 1998-2002, com o presidente Andrés Pastrana Arango – filho de ex-presidente conservador -, novamente foi aprovada a extradição, desconhecendo as inúmeras violências que motivou até meados da década, sendo suspensa por governos anteriores. Hoje, até os guerrilheiros são extraditáveis para os Estados Unidos, justificando-se de uma maneira que é analisada com propriedade pelo jornalista e pesquisador Javier DARÍO RESTREPO, assim;

A intervenção dos Estados Unidos na luta antiguerrilheira é mais provável do que nós imaginamos. Classificada como cartel da droga, a guerrilha ameaça a seguridade norte-americana; o general McCaffrey, falando do Panamá, afirmou que os guerrilheiros colombianos são “bandidos comprometidos com extorsão e narcotráfico”, são diz, uma ameaça para o sistema monetário internacional e para a soberania dos países democratas. Os militares colombianos conseguiram colocar no discurso um termo apropriado para dar entrada à extradição da “delinqüência política”: o termo é reconhecê-los como narco-guerrilha, acompanhados pelo embaixador Lewis Tambs, os militares empreenderam uma ofensiva campanha pela mídia para cooptar a opinião pública e criar uma realidade informativa: apareceram cifras, dados comparativos, até chegar à afirmação feita pelo czar antidrogas dos Estados Unidos, o general McCaffrey, que confirma que a guerrilha colombiana integra o terceiro cartel da droga em importância internacional. “Colômbia é um dos principais perigos para nossa seguridade nacional”. Estão expostos os pressupostos teóricos, servidos pelo Exército colombiano, para permitir a invasão de algumas regiões do país. Mas, uma invasão assim teria custos políticos maiores que a invasão do Panamá; é necessário contemplar uma outra alternativa: essa é a de dirigir, a partir de Washington, a luta do governo colombiano; da mesma maneira que o governo Norte-americano vem intervindo desde sempre nas decisões do Congresso; historicamente nossas decisões políticas são discutidas e dirigidas a partir de Washington, o governo colombiano e as Forças Armadas contribuem para criar o marco teórico legitimador¹¹

A violência no país é virulenta e corrosiva. Não só manifesta o modelo de desenvolvimento em crise, senão que se opõe à criação de alternativas. A violência paralisa e gera solidão diante do enfrentamento da crise. O meio ambiente pode perceber-se mais importante durante períodos de menor tensão, mas tem muito menos importância se o assunto é o de proteger a vida e lidar com o medo no dia-a-dia.

Tendo em conta que o país tem 114,2 milhões de ha, dos quais 18,78 milhões têm vocação agrícola, só 5,3 milhões estão sendo empregados com esses fins, concordando com “El Instituto Colombiano de Reforma Agraria, INCORA” essa distribuição do uso da terra no país, tem a ver com as políticas macroeconômicas da abertura econômica. Também engloba a falta de estímulos efetivos para o camponês, a pressão exercida pelo fenômeno da violência na qual participam interesses diversos que entre seus representantes em combate: guerrilhas, narcotraficantes, forças de estado, autodefesas. Assim se vem gerando a saída do camponês das terras agrícolas, muitas das quais passam a ter novos donos que decidem explorá-las para criar gado, mudando completamente a vocação das mesmas.

Em um país, como a Colômbia, onde é comum dizer que “a economia vai bem, embora o país vá mal”, a chamada luta pelo poder político representa uma luta pelo controle da mudança social: identificar os interesses dos grupos que pretendem modificar a repartição do produto social em benefício próprio, sendo que esses interesses influenciam o processo de acumulação, tanto com relação à sua intensidade como à sua composição, faz olhar a importância de se estudar a estrutura agrária do país, os mecanismos institucionais que regulam o processo de concentração e centralização de capitais. Daí a questão de como a luta de classes estabelece os mecanismos de acesso à terra, aos meios de produção e ao mercado de trabalho.

¹⁰ Esses assassinatos foram apresentados à opinião pública como obra exclusiva do narcotráfico, ocultando não só sua estreita aliança com as Forças militares senão, a responsabilidade direta do Estado colombiano. Muitos desses crimes foram efetuados através dos grupos paramilitares, promovidos e orientados pelas Forças Militares.

¹¹ . In. “El Espectador” 27-outubro-1998 (7-A)

As violências, tanto a rural como a urbana, são o resultado de um contínuo processo de colonização camponesa e de urbanização acelerada; contradições internas de uma estrutura agrária que reproduz sistematicamente novas áreas de colonização e termina expulsando a população camponesa de seus territórios, em procura de novas áreas de colonização nas cidades.

O DEBATE SOBRE O GOVERNO, O CAPITAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL, NA COLÔMBIA

A crise mundial do desenvolvimento, entendida no marco da crise orgânica do capital se reflete na crise das relações homem – natureza. Assim sendo é gerada uma acelerada destruição de ecossistemas nos territórios da selva úmida tropical¹². Tendo como população majoritária destes territórios, comunidades afrocolombianas¹³, indígenas e camponeses; sendo muitos de seus movimentos sociais¹⁴ protagonistas de processos de mobilização em alianças com organizações ambientais, programas de governo estadual e municipal e programas não governamentais fora da ordem ambiental, na procura de exigir do governo e do capital, uma mudança nos planos de exploração e aproveitamento dos recursos naturais.

Na Colômbia assiste-se ao posicionamento dos movimentos afro, indígena e camponês¹⁵ que se articulam sobre a base do desenvolvimento alternativo e defendem a sobrevivência dos ecossistemas. Foi a partir do processo de participação que desaguou na “*Asamblea Nacional Constituyente*” (1990 e 1991), quando camponeses, indígenas e comunidades afro tiveram uma oportunidade especial para vincular-se ao conhecimento da lei, à sua revisão à luz do *significado – uso* dessa lei, diante da realidade concreta de subordinação social. O reconhecimento que a nova Constituição faz da natureza “*pluricultural*” e “*multiétnica*” do Estado - nação na Colômbia, juntamente com a força dos interesses do mercado e da

¹² A Colômbia tem no litoral Pacífico e na Amazônia, territórios de selva úmida tropical.

¹³ Optamos por nomear assim comunidades cuja origem –na América foi a colonização Africana e que colocadas no território colombiano nao tem constituído uma descendência importante, e possuindo uma cultura própria, compartilhando uma história, tradições, costumes na relação campo – povoado, revelando consciência de identidade que os distingue de outros grupos étnicos. Projeto BIOPACIFICO – Col./92/G31

¹⁴ Historicamente conhecidos como “*organizações*”, entantopensadas desde o debate funcionalista e estruturalista que descreve os processos de mobilização social articulando-os a formas institucionais, para nosso trabalho lhes chamaremos de **movimentos sociais**: observamos que tanto no seu momento de emersão, como no processo de consolidação, seu posicionamento é anti-institucional, tentando desenvolver seus planos de maneira distinta da institucional, assim como, ao caráter das suas reivindicações que, geralmente, os levam a entrar em conflito com as instituições políticas. Nao muito embora, reconhecemos que sua identidade seja um campo contínuo em construção, na qual se expressa a contradição, o antagonismo e que desde outro ponto de vista, também se possa ver neles formas distintas de instituição social. Nesta perspectiva, a análise da *forma/conteúdos* ganha importância e possibilita fazer visíveis determinações oriundas da experiência imediata, na reflexão sobre práticas sociais e na busca da produção de conceitos teóricos que explicitem as contradições existentes e permitam obter conhecimentos sobre sua problemática atual, neste dado tempo histórico.

¹⁵ Fazemos a distinção entre afrocolombianos, indígenas e camponeses, sabendo que muitas das populações afro e indígenas e sao também camponesas, mas, o que as distingue dos camponeses mestiços, é seu caráter de etnia associado auns valores, costumes, formas organizacionais, estabelecimento de princípios de coesão e posicionamento com relação outras frações da sociedade do país. Os movimentos indígenas e afrocolombianos, vem os que vem liderando processos que motivam a adesão dos excluídos; certamente, também, por ser os territórios que eles ocupamos mais apreciados para a exploração do capital. Territórios para onde historicamente tiveram que migrar, sendo de uma topografia e de condições muito difíceis, mas que hoje em dia, representam oportunidades na sua riqueza de recursos, muito atrativos para o capital. É significativo pensar que em nosso país, até o ano de 1991, se falava com certeza e avaliados pela Constituição que os territórios do litoral Pacífico eram “*baldios*”, sem proveito, sem ocupação ou posse humana, como terrenos inúteis. Assim, fundamentava-se o discurso para não permitir a titulação das terras a favor dos que historicamente as ocuparam, o governo e o capital fizeram inúmeras “*concessões*” para sua exploração, –recebendo a população habitante desse território só esmolas ou *compensações lastimosas*. É só, a partir da luta dos movimentos sociais afrocolombianos que se introduz o artigo transitório 55 na Constituição (1991), e fruto de maior trabalho de base, regulamentasse a Lei 70 em 1993, e que nosso país é reconhecida como “a Lei das comunidades afro”, e que regulamenta a posse da terra em favor dos que historicamente têm-na ocupado, isto só é um exemplo entre muitos outros que teríamos para lembrar das lutas e conquistas do movimento social comunitário.

política, constróem todo um referencial sobre a conservação da biodiversidade, através de leis e discursos internacionais. Conceitos como o livre mercado, a sociedade civil e a participação passam a ser palavras chave do novo discurso do governo.

Entre as curiosidades do anacronismo colombiano, estão as palavras liberal e conservador, que servem para reconhecer os dois maiores partidos políticos colombianos. Entre essas duas tendências foi partilhado o poder por 150 anos; em seu nome promovem tanto a guerra civil como a violência.

A repressão, a fraude eleitoral, os mecanismos de exceção, a desinformação, constituem instrumentos recorrentes das elites políticas bipartidaristas para fazer frente às organizações populares que surgem da base da população. Assassinatos como os dos líderes Rafael Uribe Uribe, Jorge Eliécer Gaitán – 1948 -, Guadalupe Salcedo – 1957 -, Jaime Pardo Leal, Bernardo Jaramillo Ossa, Carlos Pizarro León Gómez – 1990 -, Manuel Cepeda, e muitos outros que seria impossível listar, ficaram na impunidade e foram decisões estratégicas importantes para controlar o movimento social que vinha lutando contra a hegemonia dominante.

Historicamente, os partidos políticos têm sido os instrumentos através dos quais a sociedade civil se faz presente no Estado. Antonio Gramsci escreveu, de maneira clara que, no Ocidente, os partidos eram as organizações mediante as quais as classes sociais e, em geral, as classes subalternas, podiam expressar seus interesses. Os partidos políticos atuavam, portanto, na sociedade com o propósito de articular os cidadãos à vida pública. Na Colômbia, os movimentos sociais surgidos ao final da década de 60 questionaram o papel dos partidos como únicos representantes dos interesses do povo.

Ao longo de sua história, a Colômbia tem tido governos que atrelaram a economia nacional aos interesses dos países hegemônicos, impedindo o surgimento de uma indústria local, de um mercado interno vigoroso e de níveis de vida dignos para a população. Assim sendo, é possível dizer que a conhecida estratégia da “*abertura econômica*” tem sido uma velha prática que permitiu desde sempre entregar a economia nacional ao mercado mundial.

Os desejos de criar partidos e grupos alternativos (socialista, comunista), foram desde 1947 impedidos pela luta entre os partidos já nomeados. Isto gerou um quadro de insatisfações, de posicionamentos e de lutas: essa memória sempre recente da impossibilidade de propor alternativas ao esquema bipartidário que impõe interesses de frações de classe no poder, tem levado as classes subalternas a desconfiar dos políticos, especialmente quando o Estado propõe *parcerias* na implementação de políticas governamentais. O fortalecimento da luta armada pode explicar-se pela diminuição contínua das garantias políticas para fazer oposição. Os movimentos populares rurais e urbanos constróem um cenário de lutas contra o *status quo*¹⁶.

Aprofundando o tecido de conseqüências sociais que geram os autoritarismos e a centralização do poder numa economia capitalista e dependente, na década de 70, com o esgotamento da colonização cafeeira, emergiu o narcotráfico como alternativa de produção e circulação, permitindo a muitos camponeses, pela primeira vez, ter acesso ao salário e à propriedade sobre pequenas parcelas de terra, através do trabalho explorado pelos chefes do narcotráfico¹⁷.

¹⁶ Os movimentos guerrilheiros, os já nomeados e também o “*Ejército Popular de Liberación – EPL* –” e o “*Movimiento 19 de abril – M19* –”, tinham como objetivo, desde seu surgimento, a mudança do sistema político fechado, corrupto e clientelista. Sistema totalmente identificado com os interesses do capitalismo.

¹⁷ A força dos cartéis da droga na Colômbia é ampliada a partir da articulação da estrutura empresarial do tráfico e lavagem de dinheiro com o aparelho de Estado, embora tenha um caráter de ilegalidade. Por outro lado, os narcotraficantes cooptaram camponeses, oferecendo-lhes garantias de trabalho, em troca de sua adesão à produção de drogas. E inquestionável que as atividades do narcotráfico têm importância econômica, social e política na história contemporânea. Porém, nesse caso, não temos condições para aprofundar. Tendo em vista a complexidade do tema, no âmbito deste estudo deixaremos de aprofundá-lo. É importante salientar o papel dos EEUU na difusão internacional da vinculação entre a luta guerrilheira e a produção e o comércio das drogas na Colômbia. Assim sendo, verifica-se a força que os chamados “*para-militares*” (organização militar ilegal) vêm obtendo no enfrentamento (e extermínio) dos que colaboram com a luta guerrilheira (em sua maioria, camponeses e dirigentes de movimentos sociais). Essa denúncia de associação camponeses-movimentos sociais é, por sua vez, corroborada pela propaganda anti-esquerdista do governo norte-americano, com o apoio do governo colombiano e resulta no assassinato de centenas de camponeses por forças *para-militares*. O capital internacional participa em alianças com os interesses em nível nacional que permitam sustentar uma estrutura de garantias no manejo econômico, fazendo uso do sistema político e sendo um sujeito a mais no conflito. É também estimulado pela posição *geopolítica* importante da Colômbia, porta de articulação entre o Norte e o Sul, tendo dois litorais: Caribe e Pacífico, além de participar com território na Amazônia, fronteira com o Peru e o Brasil. Existe uma ausência quase total de referências à intervenção imperial dos EEUU, nas análises

Desde a década do 70, todos os movimentos têm questionado o governo local, ou seja o governo dos quase 1000 municípios que tem o país. Nas últimas três décadas, estes governos, passaram a receber 23% dos ingressos fiscais da Nação – nos anos 60 -, e somente 5,3% no começo dos anos oitenta. Finalmente, o município ficou preso a um complexo aparelho de instituições e compromissos nos níveis estaduais e nacional, esperando-se dele que viabilize as demandas sociais em programas e serviços, que exerça maior controle social sobre a administração pública de nível local, exerça papel integrador das instituições municipais, atenção às demandas crescentes por participação, por intermédio das instituições representativas municipais, etc. Assim, também o município deve estar alerta a identificar estratégias de redução do gasto público, identificar a seletividade do atendimento de demandas e necessidades da população e, neste sentido, mais parece com uma delegação de competência sem deslocamento de poder decisório, servindo a uma concepção de descentralização de corte neoliberal.

Na década de 70, houve a proliferação da criação de ONGs, que se vinculam ao capital internacional associado em parcerias com o governo nacional. Por sua vez, essas ONG's estabeleceram proximidade com os Movimentos Sociais Comunitários rurais e urbanos. Essas Organizações conseguiram impor o lema do voluntarismo privado, estabelecendo uma ponte entre o *público* e o *privado*, gerando todo um circuito de interações e de espaços considerados *públicos-não-estatais*. Assim sendo, buscaram dar respostas às necessidades sociais, em caráter conjuntural e imediatista. Isto foi importante, já que com a sua presença – as ONGs -, conseguiram deslocar a posição de organizações públicas, de organizações políticas e gerar credibilidade internacional a respeito de sua função. Desde então, e até meados dos anos 90, as organizações comunitárias tinham que fazer vínculos com ONGs para conseguir obter recursos e ganhar espaços na defesa de projetos coletivos. O lema continuou sendo o desenvolvimento, a importância dirigiu-se à região e o Estado participou ativamente através da busca de consensos nacionais na consecução de macro políticas.

Para justificar a obtenção de ajudas junto às ONG's e ao Estado, fazia-se necessário adequar-se aos seguintes aspectos: 1. a importância de integrar a Colômbia à *geopolítica pan-americana e transoceânica*. 2. a necessidade de identificar o tradicional como impedimento para o estabelecimento do moderno, e daí a definição de políticas que impulsionem mudanças a respeito das formações sócio culturais. 3. o *subdesenvolvimento* e o *desenvolvimento*, associados às formas econômicas e tecnológicas de produção, distribuição, circulação e consumo. 4. a necessidade da integração a uma “ordem econômica internacional” e de sair da marginalidade, tendo em vista a importância da cultura e sua relação com culturas *evoluídas*. O Estado faz, assim, publicidade sobre o litoral Pacífico colombiano apresentando-o como: “*el mar del siglo XXI*”. Isto foi utilizado como fundamento para gerar consenso social frente aos interesses do Estado e do capital. É importante qualificar esses interesses: entrar, sair, ficar, fugir, compensar, mitigar, explorar, etc¹⁸.

Ademais desses aspectos, é importante incluir os “*Megaprojetos*” como: a construção do canal inter-oceânico Atrato – Truandó (para unir o Pacífico com o Atlântico); uma ponte terrestre inter-oceânica entre “Baía Candelaria” no Atlântico e “Baía Cupica” no litoral Pacífico; uma via que comunique o litoral do Pacífico à Venezuela (atravessando as três cordilheiras que caracterizam a topografia); a “Baía de Málaga” como primeiro porto do litoral Pacífico; a construção de outra estrada entre Buga (no Estado de “Valle del Cauca”) e o porto de “Buenaventura”, etc. Tudo isto, expressa os diferentes níveis e amplitudes dos interesses em jogo e das condições de participação e posicionamento da sociedade civil na estrutura do Estado.

internacionais que se fazem dos conflitos nossa Colômbia, intervenção que acontece a nível econômico, militar, político, cultural e que está comprometendo as possibilidades do conhecimento da realidade e suas alternativas de mudança histórica.

¹⁸ Para uma revisão maior sobre o tema, ver ESCOBAR, Arturo e PEDROSA, Alvaro. *Pacífico: Desarrollo o Diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Santafé de Bogotá, Colombia: Cerec – Ecofondo, 1996.

No ano de 1993, criou-se o Ministério do Meio Ambiente, articulado ao chamado “Sistema Nacional Ambiental – SINA –”, determinou-se a estrutura e vínculo entre o Conselho Nacional Ambiental, os Conselhos Seccionais Ambientais e as “Corporações Autônomas Regionais e de Desenvolvimento Sustentável”¹⁹, as ONG’s do setor privado, assim como as Unidades Administrativas Especiais do Sistema de Parques Naturais. Sem dúvida, esta estrutura ministerial de poder, vinculada desde então a inúmeros profissionais em ciência e tecnologia²⁰, correspondia a demandas e exigências negociadas nas relações de ordem internacional²¹.

As entidades internacionais que participam na definição da política pública do país, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD -, o Banco Mundial, o “PNUD” –que financia o projeto “*Plan Pacífico*”, o “Global Environmental Facility” – que financiou o projeto “*Biopacífico*” -, exigiram que se declarasse, desde o ano de 1992, como área de proteção da biodiversidade toda a região do litoral Pacífico Colombiano, reconhecendo-a como “*Provincia biogeográfica do Chocó*”. Assim sendo, esta foi definida como banco genético da humanidade e se elaborou um plano de proteção do patrimônio genético, que resultou num inventário ecológico da região, como mecanismo indispensável para que o país pudesse ter financiamentos do Banco Mundial. ESCOBAR; PEDROSA (1996).

Se os indígenas têm tido uma legislação especial que lhes permite relacionar-se com princípios de autonomia articulados a sua cultura ancestral²², com a criação e institucionalização da Lei 70/1993, as comunidades afrodescendentes começaram também a participar da condição básica de ter opção para regulamentar a propriedade da terra, e já não mais como “territórios baldios”. O que acontece com os camponeses mestiços é outra coisa: historicamente, até hoje, sua fragilidade para comunicar-se com o sistema de poder municipal, estadual e nacional, defendendo direitos e participando em projetos que representem interesses próprios, foi sempre estimulada pela estrutura oportunista da classe dominante. Isso fica evidenciado pelos fechados espaços de participação que tiveram opção de construir, permanecendo sempre a necessidade da sobrevivência como prioridade. Seu caráter de colonos os impede de estabelecer laços de confiança a curto prazo, bem como de não ter uma legislação que os proteja e lhes ofereça estímulo para a coesão²³ e a construção de posicionamento coletivo.

¹⁹ Em todo o território nacional apareceram Corporações Autônomas adscritas ao Ministério como mecanismo de implementação e controle no cumprimento da política: vinte e seis – 26 – Corporações Regionais, sendo a Corporação do “Valle del Cauca” a vinculada com o território onde se construiu o Poliduto da ECP.

²⁰ No mesmo ano (1993), nasceu a “*Coorporación ECOFONDO*”, criada como espaço de confluência de organizações privadas e governamentais, Ministério do Meio Ambiente como instrumento da gestão pública e a experiência das Reservas Naturais da Sociedade Civil como lugar dos particulares para aplicar o princípio constitucional que estabelece a função social e ecológica da propriedade privada.. Revista ECOS # 1. Corporación Ecofondo, Abril de 1994.

²¹ “*La Corporación ECOFONDO, es de tipo NO GUBERNAMENTAL, constituida conforme a la legislación civil colombiana, cuyos objetivos son fomentar el conocimiento, la gestión y la conservación del medio ambiente y el desarrollo sostenible en Colombia,, incentivando y apoyando la participación ciudadana...Dentro de este propósito resulta indispensable negociar, recibir, administrar, gestionar y asignar recursos financieros nacionales e internacionales para apoyar proyectos ambientales. Los planes y programas serán ejecutados a través de Organizaciones no gubernamentales (ONG’s) o por éstas en asocio con entidades gubernamentales. A Marzo de 1994, la Corporación, había aceptado el ingreso de 484 ONG’s, sendo la organización de organizaciones ambientales más grande de América Latina, a esa fecha. Respaldado, el Ecofondo, por convenios entre los gobiernos de Colombia y Estados Unidos (Junio 18 de 1993) y entre Colombia y el gobierno de Canadá (Agosto 2 de 1993), así como convenios firmados entre el gobierno de Colombia y el ECOFONDO, con el propósito de captar, asignar y administrar los recursos, con ayuda financiera de WWF, TNC, AID y UICN.. ECOFONDO conforma Unidades Regionales de gestión ambiental, convocando a la presentación de perfiles de proyectos, para su respectiva financiación. Idém. Op. Cit. (1994: 8). Segundo suas diretrizes, trabalhar conjuntamente –Governo e ONG’s-, na procura de recursos financeiros, gerou possibilidades como as das negociações de conversão de dívida externa –juros- trocando-os por gestão ambiental orientada.*

²² O reconhecimento do território como “Resguardo”, com limite estabelecido; suas autoridades organizadas através da figura do “Cabildo” com capacidade autônoma de negociação com as hierarquias do Estado; o direito a desenvolver uma Educação própria, tendo uma língua comum e diferente da nacional; etc.

²³ Nossa legislação agrária vem da década do 60, mas a violência no campo tem sido tão utilizada como estratégia de dominação e de afastamento do camponês a sua terra que eles terminaram marcando historicamente reivindicações imediatas: contra a violência, pelo direito à vida, ao trabalho, pelo melhoramento dos serviços básicos oferecidos pelo Estado, etc.

Afirmavam representantes da Organização dos Afrodescendentes do litoral Pacífico Colombiano, em Janeiro de 1994:

“Nós não sabemos exatamente quando começamos a falar de diferença cultural. Mas em algum ponto nós recusamos continuar construindo uma estratégia sob um catálogo de “problemas” e “necessidades.” O governo continua apostando na democracia e no desenvolvimento; nós respondemos enfatizando a autonomia e o direito de sermos nós mesmos, a ter nosso próprio projeto de vida. Reconhecer a necessidade de sermos diferentes, construir uma identidade, elas são tarefas difíceis que exigem trabalho persistente em nossas comunidades, tendo como ponto de partida a heterogeneidade que lhes é própria. Porém, o fato de que nós não tínhamos elaborado alternativas sociais e econômicas, isto nos faz vulneráveis para a agressão atual do capital. Essa é uma de nossas políticas atuais mais importantes: avançar na formulação e implementação de propostas sociais e econômicas alternativas (...)”.²⁴

Identifica-se o interesse em assimilar concepções de *desenvolvimento sustentável* que passam a fazer parte dos documentos de visão nacional, regional e local nas instâncias de manejo ambiental (SINA, ECOFONDO, Unidades Regionais, Corporações Autônomas), sem que se tenha feito uma discussão sobre essa conceitualização, no entanto ela não se constrói como resultado dos estudos para nossa realidade colombiana. Pensamos que as relações sociedade – natureza; relações homem – sociedade; o enfoque da qualidade de vida; as relações sociedade – ciência – tecnologia e a posição da Colômbia no contexto ambiental internacional, são eixos importantes para a compreensão dos conceitos de desenvolvimento. A problematização da preservação da natureza, envolve a questão da defesa de interesses *particulares*, uma vez que se verifica que a acumulação da riqueza aumenta e a sociedade civil passa a significar o *locus* em que se organiza a subjetividade política como expressão de um modelo econômico. Isto significa, portanto, fazer parte do processo global de reprodução das relações de classe. Segundo Gramsci, *os sujeitos da sociedade civil são candidatos à dominação*. Assim sendo, a hegemonia se expressa, à medida em que *os sujeitos se constituem no Estado*. A partir deste nexo, entendemos a importância estratégica da política e do exercício de estabelecimento de consensos.

É claro que, para o Estado colombiano, os direitos são tidos em termos restritivos. Assim sendo, a burocracia não deixa de exercer suas funções sem o caráter centralista do Estado, impondo, a partir da capital do país, um modelo de participação, um tipo de vontade política associada aos interesses do *privado* sobre o *público*. Isto repercute no relacionamento com os movimentos sociais no qual predomina a visão estratégica e instrumental relativa ao território ocupado pelos movimentos e aos projetos que nesse dado território estejam impulsionados pelo Estado. Acreditamos na necessidade de recorrer um campo de mediações para se pensar e refletir sobre o *interesse privado* e o *interesse comum*. Assim sendo, será a partir desse movimento dialético que se poderá compreender a construção da tomada de consciência sobre os interesses que se tornam comuns ou que tendem a coletivizar-se.

Quanto ao discurso sobre a *biodiversidade*, à ampliação dos direitos territoriais coletivos, à criação de mecanismos de participação cidadã, ao título oferecido aos camponeses como *administradores da biodiversidade*, acreditamos que nada disto, em termos práticos do cotidiano, irá contribuir para a mudança de condições materiais da existência, se não se tiver um processo contínuo de investigação, de método de aproximação para o estudo dessa realidade que permita uma abordagem de totalidade. Assim sendo, o econômico, político, cultural, social e histórico são componentes essenciais das análises, em virtude de que a “boa vontade” não basta para a decisão e operacionalização da política pública.

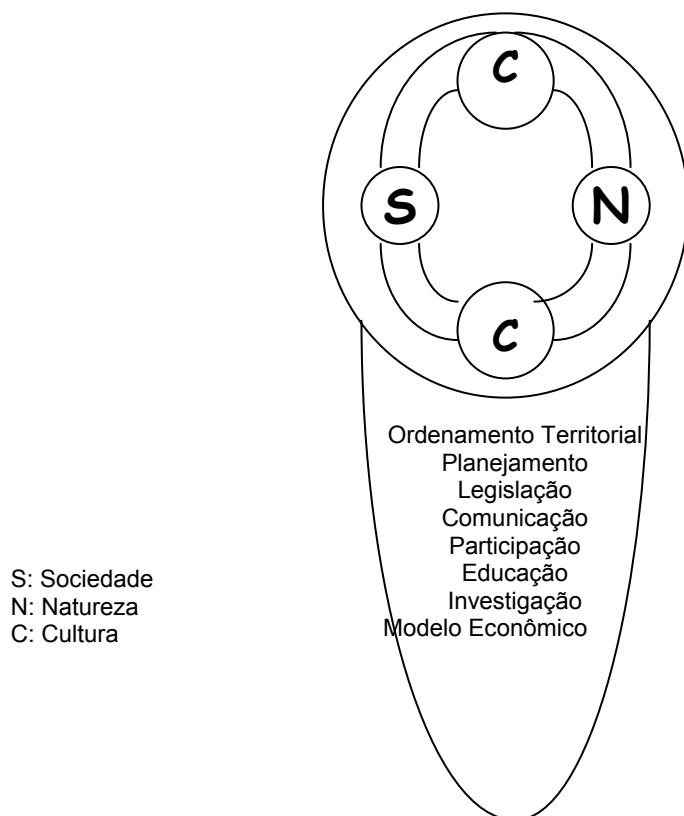
Os movimentos sociais e seus processos sócio - históricos, estão subsumidos à lógica das contradições entre o capital e o trabalho na sociedade burguesa contemporânea. Por isso mesmo, devem ser pensados como manifestações que vão além do imediato, do cotidiano. Daí ser fundamental a análise articuladora, pluralista dos movimentos em sua universalidade num território, tendo em vista seu projeto político comum. Isto quer dizer que os movimentos sociais devem estar a serviço do interesse coletivo, da defesa do público sobre o privado. Essa luta está explícita na conjuntura contemporânea do capitalismo, o que nos leva a considerar que a saída jurídico – formal que o Estado colombiano está tentando realizar a partir de seu relacionamento com os movimentos sociais, só contribuirá com a ampliação de tensões e conflitos sociais.

É necessário refletir sobre os objetivos ambiciosos postos no arranjo político, a respeito da questão ambiental. É possível que o Meio Ambiente seja apenas a mais recente de uma série de questões em debate, no cenário político internacional. Embora se saiba que o mero debate não vai alterar, de cima, o manuseio econômico e político, bem como os mecanismos existentes, por mais que se ponham e se digam como “globais”.

²⁴ Op. Cit. Apud ESCOBAR (397).

A partir das considerações feitas, tem-se como fundamentais para a gestão ambiental as seguintes prioridades; conforme gráfico apresentado:

Instrumentos para a Gestão Ambiental



O gráfico é, portanto, um instrumento que revela uma visão de totalidade no que se refere à questão ambiental. Desse modo, articulam-se a sociedade, a natureza e a cultura, a partir do ordenamento territorial planejado, dentro de um marco legal. No entanto, consideramos que a comunicação, a participação e a investigação, devem ser frutos de um processo educativo que revele as contradições do modelo econômico imposto pela lógica de acumulação do capital. É, portanto, essencial que se reflita sobre o significado da articulação sociedade, natureza e cultura dentro de uma visão totalizante que defenda a construção de um processo de nova hegemonia na Colômbia.

BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUE ABRIL 2000

ESCOBAR, Arturo e PEDROSA, Alvaro. *Pacífico: Desarrollo o Diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Santafé de Bogotá, Colombia: Cerec – Ecofondo, 1996

Constitución Política de Colombia 1991. Presidencia de la República.

Jornal. "El Espectador" 27-outubro-1998 (7-A). Santafé de Bogotá. Colombia.